Funaro exige a garantia

E reafirma a disposição do Governo de não

de novos empréstimos

submeter a economia aos rigores do FMI

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — “Eu só vou assinar um acordo com o Clube de Paris ou a reestruturação multianual da dívida com os Bancos quando tiver certeza de que vamos poder voltar a tomar crédito normalmente no mercado internacional” — disse ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, esperando que até dezembro possa ter “todas as respostas” para acertar dentro do Governo a posição a ser adotada diante dos credores estrangeiros, partindo da “decisão irreversível” de não se submeter com o Fundo Monetário Internacional a nada além do atual mecanismo de uma visita técnica e um relatório por ano sobre a situação econômica do País.

Até agora todos os contatos com banqueiros e governos têm revelado uma “grande confiança no Brasil” e muita concordância com a tese do Governo Sarney, de que é preciso voltar a ser tratado como um País que não está em crise e que, portanto, tem o direito a tomar empréstimos normalmente no mercado internacional. Mesmo sem estar precisando do dinheiro novo dos Bancos, no sentido de empréstimos obrigatórios dentro de um pacote de reestruturação de dívida, Funaro acha que o acesso ao mercado voluntário permitirá reduzir a transiência líquida de recursos ao exterior, de modo a sobrar espaço para mais importação e mais investimento.

Ele já se reuniu com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, por três vezes nos últimos dias, e recebeu a visita do presidente do Citibank, John Reed (maior credor do Brasil), além de outros dirigentes de bancos e ministros de diversos países industrializados, inclusive o secretário do Tesouro Norte-Americano, James Baker. Segundo Funaro, todos os banqueiros têm demonstrado que confiam mais em seu plano econômico do que em qualquer outra coisa (como os programas do FMI). “Para eles, também é interessante normalizar a situação e permitir que o Brasil tenha acesso ao mercado de crédito novamente, inclusive porque os papéis da dívida brasileira que têm em carteira voltariam a se valorizar, melhorando suas posições” — disse.

Atualmente estes papéis brasileiros são vendidos no mercado com um valor vinte por cento abaixo do normal, o que não aconteceria se o País deixasse de ser tratado como os outros devedores que ainda têm dificuldades para honrar seus compromissos. Funaro ouviu de al-

guns banqueiros a garantia de que confiaram na recuperação brasileira e não venderam seus créditos a receber, sabendo que dentro de três ou quatro anos, a partir da crise de 1982/83, o País voltaria à normalidade. Alguns fundos de pensão já estão investindo nestes papéis, tamanha é a confiança que têm na valorização destes ativos tão logo o País volte a ter acesso ao mercado normalmente.

Indagado, então, sobre o que estava faltando para isso acontecer, o ministro preferiu responder que faltava ele mesmo “trabalhar um pouco mais para convencer todo mundo”. Explicou que, na realidade, ainda se vive o paradoxo de “dizer as coisas boas e agir de outra forma”, impedindo que o País deixe de ser tratado como devedor-problema. “É que governos, bancos e o FMI fizeram uma regra entre eles (de que os devedores têm que passar pelo ajuste do Fundo para ter alguém que monitore suas economias ao longo dos anos de duração do reescalonamento da dívida externa) e até agora ninguém estava disposto a ser o primeiro a furar esta regra” — explicou.

“Não é por uma questão de capricho que não aceitamos mais, definitivamente, nos submeter ao ajustamento do FMI”, mas sim, por uma decisão política do Governo Sarney e porque ele mesmo, como empresário paulista, viu muito claramente o que ocorreu quando o Brasil seguiu aquele receituário, promoveu uma brutal recessão e só em São Paulo as empresas despediram meio milhão de trabalhadores. “Vi claramente o que aconteceu com a cidade depois daquilo” — observou, referindo-se às consequências do desemprego advindo do antigo programa de ajustamento negociado pelo Governo anterior com o FMI. “Isso não vai acontecer nunca mais, já está decidido e ponto final”.

O que ele tem proposto agora, em todos os seus contatos, é a utilização do chamado artigo quatro dos estatutos do FMI, pelo qual o país-membro receberá anualmente a visita de uma missão da instituição, que fará um relatório sobre a situação interna. Funaro acha que basta este relatório ser utilizado “de alguma forma” dentro do FMI para que sirva também de garantia aos bancos (e aos governos credores que integram o Clube de Paris) de que o Brasil continuará com o crescimento econômico estável, sem inflação e em condição de manter em dia seus compromissos internacionais. Dentro do artigo quatro, ele quer ter “a possibilidade de participar de discussões (sobre a situação nacional)

como membro do Fundo Monetário que somos”.

Os credores oficiais e privados exigem, entretanto, que o País se submeta ou a um programa de curto prazo do tipo Stand-By (pelo qual tem que traçar sua política econômica de acordo com as recomendações das missões de consulta do FMI) ou então ao novo sistema denominado “Enhanced Surveillance” (ou vigilância reforçada). “Não vamos fazer acordo Stand-By nem de Enhanced Surveillance” — repetiu o ministro.

Com o governo americano, que é um dos principais pontos de resistência pelo temor de que o Brasil abra um precedente que devedores com problemas queiram seguir, teria havido também progresso significativo. “Já estivemos muito distantes, houve momentos difíceis entre os dois governos por causa do problema com os bancos, mas depois houve uma aproximação muito boa e, principalmente após o Plano Cruzado, que eles respeitam muito, já existe muita compreensão da tese brasileira, que é útil para os dois lados, na medida que é o único caminho para retomar o crescimento” — afirmou.

“O secretário Baker mesmo teve agora uma conversa muito boa comigo e é preciso fazer justiça ao seu esforço, à sua luta, contra a tendência protecionista”. Nesta segunda-feira, Funaro e Baker concorreram ao prêmio de melhor ministro da Fazenda do Mundo ocidental, outorgado pela revista Euromoney — e Baker ganhou o prêmio deste ano. O ministro tem se dedicado também a convencer os governos dos demais países industrializados de que é preciso aceitar sua proposta para a renegociação da dívida oficial junto ao Clube de Paris sem passar pelo FMI — e acha que isto será possível. Se até dezembro todas as respostas forem negativas, “então será a hora para pensarmos em outra solução”.

Ele não adianta quais seriam estas alternativas, explicando que num processo delicado de negociação internacional como este não é prudente adiantar posições. afirmou, inclusive, que a divulgação pela imprensa de que dezembro seria o prazo dado pelo Governo brasileiro desenvolver. Negou, neste contexto, que se a resposta for negativa, até dezembro o Brasil vá partir para algo como uma moratória unilateral. “Mas o mundo tem que compreender que nós não podemos ficar esperando por mais quatro anos, por exemplo, pois é hoje que existem todos os pontos positivos para termos esta solução.”